

RECURSO ESPECIAL Nº 1.266.581 - RS (2011/0167006-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : IRENE NEVES BONOW E OUTROS
ADVOGADA : NOÊMIA GÓMEZ REIS E OUTRO(S) - RS014135
RECORRIDO : FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROCURADOR : ADRIANA BARZOTTO RISPOLI E OUTRO(S) - RS048762

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Irene Neves Bonow e outros, com amparo nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRF da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 395):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. SERVIDOR. 28,86%. COMPENSAÇÃO. LEI Nº 8.627/93. PORTARIA MARE Nº 2.179/98. MP 1.704/98. ACORDO ADMINISTRATIVO.

Os servidores públicos e os militares possuem direito ao reajuste de 28,86%, instituído pelas Leis 8.622/93 e 8.627/93, ante a sua natureza de reajuste geral de remuneração. Admitida, na fase de execução, a compensação com os percentuais de aumento já concedidos pelos diplomas legais, conforme entendimento pacificado pelo STJ.

Na integralização do reajuste de 28,86% devem ser compensados os reposicionamentos concedidos pela Lei nº 8.627/93 e abatidos os percentuais deferidos em função da MP 1.704/98 e da Portaria MARE 2.179/98.

Presença de provas acerca da celebração de acordo administrativo anterior à demanda. Desnecessidade de homologação judicial.

Os embargos de declaração opostos contra a aludida decisão foram rejeitados (e-STJ, fls. 410-414).

Os insurgentes alegam a existência de contrariedade aos arts. 36, 128, 183, 333, 348, 350, 460, 467, 471, 473, 474, 535, 604 e 741 do Código de Processo Civil de 1973; 6º, § 3º, da LINDB; 82, 130, 132, 145 e 1.028 do Código Civil de 1916; 320 do Código Civil de 2002; 24, §§ 3º e 4º, da Lei n. 8.906/1994; e § 2º do art. 2º do Decreto n. 2.693/1998. Acena, ainda, com dissídio jurisprudencial.

Sustentam que o Tribunal de origem incorreu em omissão, ao deixar de se pronunciar sobre questão essencial à solução da controvérsia.

Asseveram, de outra parte, que viola o princípio da coisa julgada a determinação de compensação de reajustes específicos da categoria dos exequentes não previsto no título executivo.

Foram apresentadas contrarrazões às e-STJ, fls. 470-477.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

De início, verifico que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, tendo em vista que a Corte de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

Não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

Nesse sentido: REsp 927.216/RS, Segunda Turma, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ de 13/8/2007; e REsp 855.073/SC, Primeira Turma, Relator Ministro Teori Albino Zavascki, DJ de 28/6/2007.

No mais, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o REsp 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira, DJe 20/12/2002, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou a orientação segundo o qual "não ofende a coisa julgada [...] a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada. É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: 'Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre [...] qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença'".

Em igual sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. ABSORÇÃO POR REAJUSTES REMUNERATÓRIOS DECORRENTES DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. INEXISTÊNCIA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.

I. Tal como restou decidido pelo Tribunal de origem, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.235.513/AL (Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 20/12/2012), submetido ao rito do art. 543-C do CPC, pacificou a orientação no sentido de que "não ofende a coisa julgada [...] a compensação do índice de 28,86% com reajustes concedidos por leis posteriores à última oportunidade de alegação da objeção de defesa no processo cognitivo, marco temporal que pode coincidir com a data da prolação da sentença, o exaurimento da instância ordinária ou mesmo o trânsito em julgado, conforme o caso. Nos embargos à execução, a compensação só pode ser alegada se não pôde ser objetada no processo de conhecimento. Se a compensação baseia-se em fato que já era passível de ser invocado no processo cognitivo, estará a matéria protegida pela coisa julgada.

É o que preceitua o art. 741, VI, do CPC: "Na execução contra a Fazenda Pública, os embargos só poderão versar sobre [...] qualquer causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença".

II. *In casu*, o Tribunal *a quo* consignou que as Leis 10.302/2001, 11.091/2005 e 11.784/2008 foram editadas "após o trânsito em julgado da sentença exequenda, configurando a hipótese prevista no art. 471, I, do CPC, em que se admite a reapreciação da lide à luz dos novos elementos".

III. Como os próprios embargantes admitem, o trânsito em julgado da sentença, no processo de conhecimento que julgou a ação coletiva, deu-se em 10/05/1999. Assim sendo, não poderia o executado invocar, no processo de conhecimento, compensação com reajustes remuneratórios posteriores, concedidos por legislação que - como esclarecem os agravantes - entrou em vigor apenas em 31/10/2001, 12/01/2005 e 14/05/2008. Caso é, pois, de aplicação do entendimento consagrado pela 1ª Seção do STJ, no julgamento, sob o rito do art. 543-C do CPC, do REsp 1.235.513/AL (Rel. Ministro CASTRO MEIRA, DJe de 20/12/2012).

IV. Nesse contexto, verifica-se que o acórdão recorrido está em sintonia com o atual entendimento deste Tribunal, razão pela qual não merece prosperar a irresignação, ante o princípio estabelecido na Súmula 83/STJ: "Não se conhece do Recurso Especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida". Nesse sentido, em caso idêntico, o seguinte precedente: STJ, AgRg no REsp 1.480.049/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/11/2014.

V. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1.512.191/AL, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/5/2015, DJe 20/5/2015)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. PERCENTUAL DE 28,86%. REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA. ABSORÇÃO. COISA JULGADA. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. SUPERVENIÊNCIA DA LEI AO TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO EXECUTIVO. MATÉRIA ANALISADA NO RESP 1.235.513/AL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS.

1. Hipótese em que o Tribunal local consignou que "não há obrigação a ser adimplida, relativa ao percentual de 28,86%, pois a vantagem foi absorvida pelos novos padrões de remuneração, advindos da reestruturação das carreiras".

2. A Primeira Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp 1.235.513/AL, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 27.6.2012, sob o rito dos recursos repetitivos, consignou que é possível ser alegada a compensação, em fase de Embargos à Execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda.

3. Aplicável, pois, na hipótese, o entendimento consagrado no recurso repetitivo acima referido, segundo o qual é possível ser alegada a compensação, em fase de Embargos à Execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda (ocorrida em

Superior Tribunal de Justiça

1999), no caso, pela reestruturação da carreira prevista nas Leis 10.302/2001, 11.091/2005 e 11.784/2008, supervenientes ao título executivo. Precedente: AgRg no REsp 1.341.279/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25.10.2012.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.485.135/AL, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 4/12/2014, DJe 16/12/2014)

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. SERVIDOR PÚBLICO. VENCIMENTOS. REAJUSTE DE 28,86%. INTEGRALIZAÇÃO DO PAGAMENTO. COMPENSAÇÃO COM LEI POSTERIOR QUE REESTRUTUROU A CARREIRA. COISA JULGADA AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. SUPERVENIÊNCIA DA LEI AO TRÂNSITO EM JULGADO DO TÍTULO EXECUTIVO. MATÉRIA ANALISADA NO RESP 1235513/AL, SOB O RITO DOS RECURSOS REPETITIVOS. VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA EQUIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. MULTA EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. AUSÊNCIA DE CARÁTER PROTELATÓRIO. AFASTAMENTO.

1. Inexiste violação do art. 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

2. A Primeira Seção desta Corte Superior, por ocasião do julgamento do REsp 1235513/AL, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 27.6.2012, sob o rito dos recursos repetitivos, consignou que é possível ser alegada a compensação, em fase de embargos à execução, quando esta se baseia em fato posterior ao trânsito em julgado da sentença exequenda, no caso, pela reestruturação da carreira prevista na Lei n. 11.784/2008, superveniente ao título executivo.

3. A esta Corte só é permitido modificar valores fixados a título de honorários advocatícios caso sejam eles irrisórios ou exorbitantes, o que não se aplica ao caso concreto.

4. Uma vez verificada a existência de contradição entre os fundamentos e a parte dispositiva do decisor, quanto ao afastamento da multa protelatória aplicada na origem, o vício deve ser sanado de ofício.

Agravo regimental improvido, ainda que por fundamento diverso.

(AgRg no REsp 1.341.279/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 25/10/2012)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, e na Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Ministro

